

Global Participações em Energia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Global Participações em Energia S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Global Participações em Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Global Participações em Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalva

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte se há alguma indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização. Em havendo, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia Energética Potiguar, controlada da Companhia, possui ativos registrados no imobilizado no montante de R\$11.223 mil, com possível indicação de desvalorização. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, a Administração não concluiu as análises necessárias para estimar o valor recuperável desses ativos. Consequentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Antonio Marcos Lima Dutra
Contador
CRC nº 1 BA 021440/O-8

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	5	9.966	32.159	Fornecedores	16	153	272	47.112	38.938
Depósitos bancários vinculados e aplicações financeiras	6	-	-	19.131	5.345	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	150.027	174.210
Contas a receber	7	-	-	95.948	123.674	Obrigações trabalhistas		-	-	3.087	2.828
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	29.533	29.692	Partes relacionadas	17	197	181	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	15.459	3.903	Obrigações tributárias	19	14	18	13.192	12.037
Tributos a recuperar	8	98	87	7.820	8.094	Tributos diferidos	11	-	-	1.470	1.382
Estoques	9	-	-	65.352	64.953	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.141	1.141
Partes relacionadas	17	-	2	3	7	Dividendos a pagar	21	17.201	966	18.180	3.138
Dividendos a receber		5.576	-	-	-	Outras contas a pagar		-	-	19.168	29.929
Despesas antecipadas		-	-	410	-	Total dos passivos circulantes		17.565	1.437	253.377	263.603
Outras contas a receber	12	908	19	16.608	19.918						
Total dos ativos circulantes		6.585	113	260.230	287.745	NÃO CIRCULANTES					
NÃO CIRCULANTES						Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Depósitos bancários vinculados e aplicações financeiras	6	-	-	48.043	53.441	Obrigações tributárias	19	-	22	1.580	5.029
Arrendamento mercantil a receber	10	-	-	189.507	220.212	Partes relacionadas	17	2.528	1.641	35.646	41.867
Contas a receber	7	-	-	16.552	-	Tributos diferidos	11	-	-	12.833	17.518
Tributos a recuperar	8	-	-	6.455	10.922	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	-	2.061	-
Tributos diferidos	11	-	-	44.514	10.738	Provisão para perda em investimentos	13	665	12	-	-
Partes relacionadas	17	8.020	8.024	40.528	41.526	Outras contas a pagar		9	-	20.801	9.330
Depósitos judiciais		-	-	1.291	1.536	Total dos passivos não circulantes		3.202	1.675	596.765	735.852
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	17.284	-	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outras contas a receber	12	6.816	2.500	2.790	6.784	Capital social	21	210.000	210.000	210.000	210.000
Investimentos	13	440.222	378.417	-	-	Reservas de lucros		248.160	175.942	243.698	170.557
Imobilizado	14	-	-	826.335	868.193	Total do patrimônio líquido		458.160	385.942	453.698	380.557
Intangível	15	-	-	11.354	11.272	Participação de acionistas não controladores		-	-	143.759	132.357
Total dos ativos não circulantes		472.342	388.941	1.187.369	1.224.624	Total do patrimônio líquido		458.160	385.942	597.457	512.914
TOTAL DOS ATIVOS		478.927	389.054	1.447.599	1.512.369	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		478.927	389.054	1.447.599	1.512.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	742.762	572.680
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(536.816)	(394.308)
LUCRO BRUTO		-	-	205.946	178.372
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	24	(629)	(1.019)	(54.418)	(50.997)
Honorários dos administradores	24	-	-	(4.838)	(5.104)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(4.889)	17	(1.367)	822
Subtotal		(5.518)	(1.002)	(60.623)	(55.279)
Resultado de equivalência patrimonial	13	105.668	47.444	-	-
Provisão para perda de investimentos	13	(653)	(12)	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		99.497	46.430	145.323	123.093
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	27	33	32.549	64.734
Despesas financeiras	25	(26)	(10)	(86.423)	(109.134)
Variações cambiais	25	-	-	(443)	10.651
Total		1	23	(54.317)	(33.749)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		99.498	46.453	91.006	89.344
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22	-	-	(30.680)	(26.580)
Incentivos fiscais	22	-	-	18.564	16.159
Diferidos	22	5.379	-	49.927	(6.811)
Total		5.379	-	37.811	(17.232)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		104.877	46.453	128.817	72.112
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				108.833	43.391
Acionistas não controladores				19.984	28.721
				128.817	72.112
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		4,60	2,04		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	104.877	46.453	128.817	72.112
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>104.877</u>	<u>46.453</u>	<u>128.817</u>	<u>72.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (CONTROLADORA)
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva para dividendos obrigatórios não distribuídos	Reserva de lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		210.000	12.855	53.416	63.218	-	339.489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	46.453	46.453
Destinação do lucro:	21						
Constituição de reserva legal		-	2.323	-	-	(2.323)	-
Constituição de reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos		-	-	11.033	-	(11.033)	-
Constituição de reserva de lucros retidos		-	-	-	33.097	(33.097)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		210.000	15.178	64.449	96.315	-	385.942
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	104.877	104.877
Ganho de participação societária		-	-	-	-	3.987	3.987
Efeito de incorporação de controlada		-	-	-	5	(11.743)	(11.738)
Destinação do lucro:	21						
Constituição de reserva legal		-	5.243	-	-	(5.243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(24.908)	(24.908)
Constituição de reserva de lucros retidos		-	-	-	66.970	(66.970)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		210.000	20.421	64.449	163.290	-	458.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (CONSOLIDADO)
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva para dividendos obrigatórios não distribuídos	Reserva de lucros retidos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		210.000	12.948	52.151	61.468	-	337.166	122.151	459.317
Distribuição de dividendos - 29 de abril de 2016 (R\$0,89 por ação)		-	-	(2.000)	(13.960)	-	-	(15.960)	(15.960)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.391	43.391	28.721	72.112
Destinação do lucro:	21								
Distribuição de juros sobre capital próprio - 26 de dezembro de 2016 (R\$0,14 por ação)		-	-	-	-	-	-	(2.555)	(2.555)
Constituição de reserva legal		-	2.323	-	-	(2.323)	-	-	-
Constituição de reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos		-	-	11.033	-	(11.033)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros retidos		-	-	-	30.035	(30.035)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		210.000	15.271	61.184	77.543	-	380.557	132.357	512.914
Distribuição de dividendos		-	-	(23.949)	-	-	(23.949)	(20.325)	(44.274)
Efeito de incorporação de controlada		-	-	-	-	(11.743)	(11.743)	11.743	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	108.833	108.833	19.984	128.817
Destinação do lucro:	21								
Constituição de reserva legal		-	5.243	-	-	(5.243)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros retidos		-	-	-	91.847	(91.847)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		210.000	20.514	37.235	169.390	-	453.698	143.759	597.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		104.877	46.453	128.817	72.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	24	-	-	43.522	43.669
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	25	-	-	1.489	(18.131)
Rendimento de depósitos bancários vinculados		-	-	(7.560)	(1.995)
Valor residual de baixa de imobilizado	14	-	-	3.480	2.293
Encargos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 25	-	-	73.522	89.671
Encargos financeiros de contratos de mútuos, líquidos	17	-	-	2.256	4.551
Variação cambial líquida	25	-	-	443	(10.651)
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	2.167	2.240
Resultado de equivalência patrimonial	13	#####	(47.444)	-	-
Provisão para perda de investimentos	13	653	12	-	-
Tributos diferidos		-	-	(50.116)	3.802
Juros e multa a faturar	25	-	-	(8.059)	(20.022)
Reversão de ajuste a valor presente	25	-	-	(16.441)	(10.961)
Aumento nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	19.233	71.607
Arrendamento mercantil a receber		-	-	45.816	40.027
Adiantamentos a fornecedores		-	21	(11.556)	3.393
Tributos a recuperar		(11)	22	4.741	(24.376)
Depósito bancários vinculados		-	-	(828)	4.518
Estoques		-	-	(399)	7.233
Depósitos judiciais		-	-	-	(179)
Despesas antecipadas		-	-	245	(388)
Outras contas a receber		(1.512)	7.873	(410)	13.388
Dividendos recebidos	13	61.633	-	18.011	-
Redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(119)	(88)	-	(143.996)
Obrigações tributárias		(26)	(9)	7.731	43.109
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	2.325	(8.764)
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(6)	(3.583)	(195)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de bônus de adimplência	18	-	-	(57.017)	(56.155)
Outras contas a pagar		9	(14)	710	(2.328)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		59.836	6.820	198.798	103.473
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adição de investimento	13	(34.790)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	(17.284)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	14	-	-	(4.774)	(14.730)
Aquisição de intangível	15	-	-	(452)	(17)
Depósitos bancários vinculados		-	-	-	2.949
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(52.074)	-	(5.226)	(11.798)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos e juros sobre capital próprio		(8.673)	-	(29.232)	(15.247)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	126.336	102.405
Custo de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	(1.461)	(839)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	-	(305.994)	(152.877)
Captação (pagamento) de empréstimos a partes relacionadas		909	(6.827)	(5.414)	(27.591)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.764)	(6.827)	(215.765)	(94.149)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2)	(7)	(22.193)	(2.474)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5	12	32.159	34.633
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	3	5	9.966	32.159
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2)	(7)	(22.193)	(2.474)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GLOBAL PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Global Participações em Energia S.A. (“Companhia” ou “GPE”) é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 07.701.564/0001-09, com sede em Salvador - Bahia, constituída em 16 de novembro de 2005, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, bem como o exercício de atividades no setor energético em todo o território nacional.

A GPE possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2017:

- Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional. A TEP possui participação societária majoritária na Companhia Energética Manauara, na Água Limpa Energia S.A. e na Areia Energia S.A.
- Companhia Energética Candeias (“CEC”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela CPSA, com sede em Candeias - Bahia, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico. Implantou as UTEs Global I (148,8 MW) e Global II (148,8 MW), em Candeias, decorrente do quarto leilão de energia nova, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Entrou em operação comercial em maio de 2010. A CEC até abril controlava integralmente a Candeias Energia S.A. (“CESA”), em 6 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. (“CESA”) pela Companhia Energética Candeias, na data-base 31 de maio de 2017.
- CEP Participações S.A. (“CEPP”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, tendo por objeto social a participação em outras empresas de geração de energia elétrica. A CEPP possui participação societária minoritária na Companhia Energética Potiguar, em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação da CEP Participações S.A. (CEPP) pela Companhia Energética Potiguar (CEP), na data-base 30 de abril de 2017.
- Companhia Energética Potiguar (“CEP”), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela GPE, com sede em Macaíba - Rio Grande do Norte, resultante da cisão parcial da Termoelétrica Potiguar S.A., para implantação das usinas termoeletricas (UTE) Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III 66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela ANEEL.
- São Francisco Energia S.A. (“São Francisco”), sociedade anônima de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em São Francisco do Conde - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.
- Camaçari RJ Participações S.A. (“Camaçari RJ”), sociedade anônima de capital fechado, controlada em 100% pela GPE, com sede em Salvador - Bahia, atualmente não possui atividade operacional, estando em espera para participar de próximo leilão a ser realizado pela ANEEL.

A GPE possui participações societárias indiretas nas seguintes empresas em 2017:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta pela TEP e indireta pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com sede em Manaus – Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica (UTE) com 85 MW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 KW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda energia gerada é integralmente transferida para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (AME), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S. A. em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos. Findo esse prazo a usina será revertida ao patrimônio da AME sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a CEM é responsável pela operação e manutenção da planta e a forma de transferência caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade ao pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e à interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

- Água Limpa Energia S.A. ("AGL"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica (PCH) no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S A. ("ARE"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis – Tocantins é uma pequena central hidrelétrica PCH (11,4 MW) no Rio Palmeiras, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia são de 9 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. Ao final desses prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da 1ª etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia ("PROINFA"), que tem como objeto a venda da energia contratada as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), às quais se submetem as partes.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203, que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor ("GSF") de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética das mesmas e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado. Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobras será compensado com o valor do prêmio devido pelas Controladas, finalizando a compensação no ano de 2020. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2017 na data-base 31 de dezembro de 2017 é de R\$667 para ARE e R\$962 para a AGL (R\$1.567 em 2016 para ARE e R\$2.170 em 2016 para AGL). As Controladas possuem a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2018. No exercício de 2017, foram reconhecidos nos resultados das Controladas o montante de R\$900 (R\$1.773 em 2016) para a ARE e R\$1.208 (R\$2.372 em 2016) para a AGL, referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2017 e 2016 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

Em virtude do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado a limitações na infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, as usinas de geração flexível foram despachadas com grande regularidade ao longo dos anos 2017 e 2016. Com isso, as Companhias obtiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, receita bruta de geração variável de R\$33.869 (CEP) e R\$315.298 (CEC - controladora) e R\$99.684 (CEC - consolidado), (2016, R\$56.877 da CEP e R\$221.380 da CEC - consolidado), além da receita bruta fixa pela disponibilidade da usina no valor de R\$56.233 (CEP) e R\$92.315 (CEC - controladora) e R\$130.239 (CEC - consolidado) (2016, R\$52.901 da CEP e R\$208.080 CEC - consolidado).

Incorporação da CEP Participações S.A.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovada a incorporação da CEP Participações S.A. (CEPP) pela Companhia Energética Potiguar (CEP), na data-base 30 de abril de 2017. Considerando que a CEPP detinha 20% do capital social da CEP, a incorporação foi realizada com aumento do capital social da Companhia. A incorporação é uma reorganização societária em que houve alteração acionária com a absorção dos sócios da incorporada pela incorporadora, mantendo-se a mesma estrutura de controle da Companhia sucessora. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas Companhia, já que a criação da CEPP se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CEPP pela CEP, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seu agente financeiro, Banco do Nordeste ("BNB"), sendo uma condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que considerou assegurado "equity" originalmente requerido, entre outras condicionantes.

A incorporação da CEPP pela CEP teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades faziam parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES

Caixa e equivalentes	6
Outras contas a receber	39
Total dos ativos circulantes	<u>45</u>

NÃO CIRCULANTES

Outras contas a receber	6.777
Intangível (*)	7.055
Total dos não ativos circulantes	<u>13.832</u>

Total dos ativos	<u>13.877</u>
------------------	---------------

PASSIVOS

NÃO CIRCULANTES

Partes relacionadas	23.484
Outras contas a pagar	9.679
Total dos passivos não circulantes	<u>33.163</u>

Acervo líquido incorporado	<u>(19.286)</u>
----------------------------	-----------------

(*) Ágio pago pela CEP Participações S.A. na compra de 20% do capital da Companhia Energética Potiguar pertencente à Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

Incorporação da Candeias Energia S.A.

Em 06 de junho de 2017, foi aprovada a incorporação da Candeias Energia S.A. ("CESA") pela Companhia Energética Candeias, na data-base 31 de maio de 2017. Considerando que a Companhia detinha a totalidade do capital social da Candeias Energia S.A., a incorporação foi realizada sem aumento do capital social da Companhia. Desde sua criação, já havia a intenção de unificação das duas empresas no futuro, já que a criação da CEC se deu apenas para viabilizar a captação de recursos.

A reorganização societária do empreendimento, com a incorporação da CESA pela CEC, só se tornou viável a partir da formalização da anuência de seus agentes financeiros, BNB e SUDENE, condição contratual do financiamento dos empreendimentos, que consideraram assegurado "equity" originalmente requerido, dentre outras condicionantes.

A incorporação da CESA pela CEC teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da qual ambas as sociedades faziam parte, a racionalização da gestão administrativa e operacional do negócio e a economia de custos operacionais, sendo de todo benéfica aos interesses sociais.

O acervo líquido incorporado está apresentado abaixo:

ATIVOS

CIRCULANTES

Caixa e equivalentes	75
Aplicação financeira	18.235
Contas a receber	30.181
Estoque	31.353
Outros ativos	19.078
Total dos ativos circulantes	<u>98.922</u>

NÃO CIRCULANTES

Depósito bancário vinculado	27.645
Imobilizado	571.614
Investimento	(258.834)
Outros ativos	33.172
Total dos ativos não circulantes	<u>373.597</u>

Total dos ativos	<u><u>472.519</u></u>
------------------	-----------------------

PASSIVOS

CIRCULANTES

Fornecedores	15.115
Empréstimos	81.853
Outros passivos	12.266
Total dos passivos circulantes	<u>109.234</u>

NÃO CIRCULANTES

Empréstimos	328.517
Tributos diferidos	2.115
Outros passivos	9.406
Total dos passivos não circulantes	<u>340.038</u>

Acervo líquido incorporado	<u>(23.248)</u>
----------------------------	-----------------

A GPE era detentora de 88,334% do capital social da CEC e 11,666% do capital social pertencem aos acionistas pessoas físicas.

A incorporação não implicou em alteração de controle indireto e nem mesmo ingresso de novos acionistas. A CEC obteve todas as autorizações e anuências necessárias para a incorporação pretendida.

Na data-base 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Candeias Participações S.A. e Candeias Energia S.A., cuja participação percentual na data do balanço é de 100%.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas estão também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 20 de abril de 2018, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras, quando requeridos.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como de outra forma mencionado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, intangível e impostos diferidos, provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa, arrendamento mercantil a receber e outras similares. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) mensurados pelo valor justo no resultado; e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia e suas controladas têm a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia e suas controladas referem-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia e suas controladas referem-se substancialmente a caixa e equivalente de caixa, conta a receber, contratos de mútuo, conta corrente com partes relacionadas e arrendamento mercantil a receber.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados pelo valor justo no resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contratos de mútuo e conta corrente com partes relacionadas. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com prazo de vencimento de até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Arrendamento mercantil a receber

Acordo pelo qual a proprietária do ativo (arrendadora) cede a terceiro (arrendatária) o uso desse ativo por prazo determinado (equivalente a vida útil econômica), transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes ao uso do bem arrendado, recebendo por isso uma contraprestação suficiente para recuperar nesse prazo o custo do ativo e o retorno dos recursos investidos, bem como as despesas com operação e manutenção do bem.

Ao iniciar um contrato é preciso determinar se expressa um arrendamento. Um ativo específico é objeto de arrendamento quando o cumprimento do contrato depende da utilização daquele ativo especificado, caso em que o contrato transfere ao arrendatário o direito de controlar a utilização do ativo.

O parque gerador da controlada CEM está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a AME e ao final do contrato seus bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da contratante sem ônus adicional. O contrato, dentre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes, configurou-se o arrendamento mercantil financeiro.

Na contabilização inicial do contrato, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento e, nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas do contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGP-M") sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia e suas controladas, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil econômica dos ativos e/ou métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 15 e ágio por rentabilidade futura, o qual não sofre amortização e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para as controladas indiretas CEM, CEP e CEC, tributadas com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para o cálculo do IRPJ e CSLL sobre o lucro corrente, as controladas indiretas adotam o Regime Tributário de Transição ("RTT"), que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, da base de cálculo desses tributos.

Incentivos fiscais Regionais SUDAM/SUDENE – as controladas indiretas CEM, CEP e CEC gozam de benefício fiscal para investimento nas regiões Amazônica e Nordeste para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 2017 a 2026 na CEM, com vigência para o período de 2010 a 2025 na CEP e vigência para o período de 2011 a 2020 na CEC. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada indireta CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal nº 8.313/91 destinando até 4% do imposto devido para este fim, realiza também, doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e para desportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto nº 6.180, de 2007, artigo 1º), destinando também até 1% do imposto devido para este fim.

Até o exercício de 2015, as controladas indiretas AGL e ARE eram tributadas com base no lucro real, seguindo as mesmas normas supracitadas aplicáveis às demais, com exceção do benefício fiscal e Pronac. No exercício de 2016 as controladas indiretas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM, CEP e CEC é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e foi reconhecido até 2015 nas controladas indiretas AGL e ARE, pois, na tributação do lucro presumido, o mesmo não é aplicável. O reconhecimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em função de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA e da ONS para as controladas indiretas AGL e ARE.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia celebrado com as distribuidoras no ambiente regulado por ocasião do segundo leilão de energia nova realizado em 2007 para a controlada indireta CEC e controlada CEP.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada indireta CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas, variação cambial e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados*Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017*

No exercício corrente a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 1º de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia e suas controladas aplicaram essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia possui como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a Renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, uma vez que a Companhia já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Impactos da adoção	A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39. Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários). Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma	CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 – Arrendamento Mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação no capital total (%)			
	2017		2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<i>Holdings</i>				
Termoelétrica Potiguar S.A.	80%	-	80%	-
Companhia Energética Candeias	88,44%	-	88,33%	-
CEP Participações S.A.	-	-	45%	-
<i>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</i>				
Água Limpa Energia S.A.	-	56%	-	56%
Areia Energia S.A.	-	56%	-	56%
<i>Termoelétricas (UTE)</i>				
Companhia Energética Potiguar	89%	-	80%	-
Candeias Energia S.A.	-	88,33%	-	88,33%
Companhia Energética Manauara	-	48%	-	48%
São Francisco Energia S.A.	100%	-	100%	-
Camaçari RJ Participações S.A.	100%	-	-	-

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido da controlada e controladas indiretas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2017	2016	2017	2016
Controladora	458.160	385.942	104.877	46.453
Baixa do diferido das controladas	(4.462)	(5.385)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	3.956	(3.062)
Acionistas controladores	453.698	380.557	108.833	43.391
Acionistas não controladores	143.759	132.357	19.984	28.721
Consolidado	<u>597.457</u>	<u>512.914</u>	<u>128.817</u>	<u>72.112</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	3	5	113	2.511
Aplicações financeiras de alta liquidez	-	-	9.853	29.648
Total	<u>3</u>	<u>5</u>	<u>9.966</u>	<u>32.159</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que variam de 96,48% a 104,95% da remuneração do CDI.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	2017	2016
Banco da Amazônia S.A. - BASA	15.668	10.439
Caixa Econômica Federal - CEF	2.570	4.410
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	43.570	43.278
Banco Santander	1.597	659
Banco Itaú	2.782	-
XP Investimentos	987	-
Total	<u>67.174</u>	<u>58.786</u>
Circulante	19.131	5.345
Não circulante	<u>48.043</u>	<u>53.441</u>
Total	<u>67.174</u>	<u>58.786</u>

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 95,79% e 98% do CDI.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Valores a vencer	52.553	40.592
Valores a receber (a)	683	22.278
Valores a faturar	59.264	60.804
Total	<u>112.500</u>	<u>123.674</u>
Circulante	95.948	123.674
Não circulante	16.552	-
Total	<u>112.500</u>	<u>123.674</u>

- (a) Contas a receber decorrentes do transitado em julgado favorável à Companhia em duas ações judiciais, sendo o primeiro processo no montante de R\$2.680 de principal e de R\$3.455 de juros. Já no segundo processo, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.143, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à AME.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	53.236	62.870
Valores a faturar	59.264	60.804
Total	<u>112.500</u>	<u>123.674</u>

A Companhia, consubstanciada na análise do contas a receber, não tem expectativa de perdas relevantes na realização do mesmo, e não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ	-	-	2.487	2.687
IRRF	84	82	84	-
IRRF sobre faturamento	-	-	2.308	1.958
IRRF sobre aplicações financeiras	-	4	1.375	1.621
CSLL estimativa	8	-	754	22
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	124	1.076
PIS sobre faturamento	-	-	36	59
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	571	3.967
COFINS sobre faturamento	-	-	162	274
PIS/COFINS/CSLL retido sobre faturamento	-	-	4.982	6.759
Outros	6	1	1.392	593
Total	<u>98</u>	<u>87</u>	<u>14.275</u>	<u>19.016</u>
Circulante	98	87	7.820	8.094
Não circulante	-	-	6.455	10.922
Total	<u>98</u>	<u>87</u>	<u>14.275</u>	<u>19.016</u>

9. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Combustível	13.960	16.990
Almoxarifado de peças para manutenção	50.319	46.317
Outros	<u>1.073</u>	<u>1.646</u>
Total	<u>65.352</u>	<u>64.953</u>

10. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER - CONSOLIDADO

A controlada CEM reconheceu como contas a receber, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos. A movimentação está demonstrada abaixo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Ano de vencimento</u>		
2017	-	29.692
2018	30.341	29.093
2019	30.875	29.093
2020 a 2025	<u>214.281</u>	<u>229.784</u>
Subtotal	275.497	317.662
Ajuste ao valor presente	<u>(56.457)</u>	<u>(67.758)</u>
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Circulante	29.533	29.692
Não circulante	<u>189.507</u>	<u>220.212</u>
Total	<u>219.040</u>	<u>249.904</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		260.839
Reversão de ajuste a valor presente		18.131
Atualização monetária		10.961
Baixa por realização		<u>(40.027)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		249.904
Reversão de ajuste a valor presente		(1.489)
Atualização monetária		16.441
Baixa por realização		<u>(45.816)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>219.040</u>

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

As controladas reconheceram os efeitos dos créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais, diferenças temporárias e eliminação dos ativos diferidos na consolidação, existentes em seus registros fiscais, por entender que estes serão compensados com as estimativas de lucros futuros, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos ativos

	Alíquota	Consolidado	
		2017	2016
Prejuízos fiscais acumulados		135.557	22.187
Bases negativas acumuladas		136.382	23.012
Diferenças temporárias:			
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(11.792)	(3.536)
Despesas pré-operacionais		2.441	5.231
Ativo diferido eliminado na consolidação		4.496	7.483
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		130.704	31.365
Total de bases negativas e diferenças temporárias		131.529	32.190
Imposto de renda	25%	32.676	7.841
Contribuição social	9%	11.838	2.897
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>44.514</u>	<u>10.738</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		48.523	11.829
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(4.009)</u>	<u>(1.091)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>44.514</u>	<u>10.738</u>

A expectativa da realização dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, conforme o plano de negócios aprovado pela administração da Companhia e suas controladas está apresentado a seguir:

	Consolidado							
	2017						2016	
	Prejuízo fiscal	Base negativa	Subtotal	Despesas pré-operacionais	Custo de captação	Ativo diferido	Total	Total
2016	-	-	-	-	-	-	-	1.462
2017	4.932	1.769	6.701	119	(553)	221	6.488	2.704
2018	7.748	2.789	10.537	119	(553)	221	10.324	2.935
2019	8.697	3.131	11.828	119	(553)	221	11.615	2.494
2020	9.351	3.366	12.717	119	(553)	221	12.504	1.143
2021 em diante	3.209	1.172	4.381	354	(1.798)	646	3.583	-
Total	<u>33.937</u>	<u>12.227</u>	<u>46.164</u>	<u>830</u>	<u>(4.010)</u>	<u>1.530</u>	<u>44.514</u>	<u>10.738</u>

Tributos diferidos passivos

	Consolidado	
	2017	2016
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
- Imposto de renda e contribuição social	(1.440)	(339)
- PIS e COFINS diferidos	1.470	1.382
- Impostos Diferidos reconhecimento CESA	-	1.591
Impostos diferidos - reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	14.273	16.266
Total	<u>14.303</u>	<u>18.900</u>
Circulante	1.470	1.382
Não circulante	<u>12.833</u>	<u>17.518</u>
Total	<u>14.303</u>	<u>18.900</u>

(a) A Controlada CEM apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei nº 1.598/77, artigo 10, §3, IN SRF nº 21/79, Lei nº 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.

- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06, calculados a alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	-	4.897	3.434
Wartsilla Finland OY	-	-	-	2.497
Pesquisa e desenvolvimento	2.354	2.500	8.611	13.936
Adiantamento a fornecedor	-	-	899	4.097
Outras (b)	5.370	19	4.991	2.738
Total	7.724	2.519	19.398	26.702
Circulante	908	19	16.608	19.918
Não circulante	6.816	2.500	2.790	6.784
Total	7.724	2.519	19.398	26.702

A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A Companhia efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

- (a) Refere-se ao valor a ser reembolsado devido ao pagamento em valor superior ao previsto no contrato.
- (b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente a venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no Parcelamento Especial de Regularização Tributária ("PERT"), por parte da controlada.

13. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	Quantidade de ações	2017			
		Participação da GPE	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	11.259.420	80,00%	36.591	108.341	1.341
Companhia Energética Candeias	72.916.711	88,44%	179.383	331.469	114.278
Companhia Energética Potiguar	30.003.600	89,00%	30.004	67.862	4.124
Camaçari RJ Participações S.A.	10.000	100,00%	1	(653)	(216)
São Francisco Energia S.A.	10.000	100,00%	10	(12)	-

	Quantidade de ações	Participação da GPE	Capital social	2016	
				Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	11.259.420	80,00%	36.591	107.320	17.377
Candeias Participações S.A.	61.319.718	88,33%	140.000	208.242	37.375
Companhia Energética Potiguar	1.175	80,00%	11.095	133.750	2.150
CEP Participações S.A.	36.000	45,00%	4	3.586	(2.642)
São Francisco Energia S.A.	10.000	100,00%	10	(12)	(16)

Movimentação dos investimentos em controladas:

	31/12/2015	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perda de investimento	31/12/2016
TEP -Termoelétrica Potiguar S.A.	71.954	13.902	-	85.856
Companhia Energética Candeias	150.933	33.015	-	183.948
Companhia Energética Potiguar S.A.	105.280	1.720	-	107.000
CEP Participações S.A.	2.802	(1.189)	-	1.613
São Francisco Energia S.A.	4	(4)	(12)	(12)
Camaçari RJ Participações S/A	-	-	-	-
Total	<u>330.973</u>	<u>47.444</u>	<u>(17)</u>	<u>378.405</u>
Investimentos	330.973			378.417
Provisão para perda de investimentos	-			(12)
Total	<u>330.973</u>			<u>378.405</u>

	31/12/2016	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perda de investimento	Transações com acionistas	Adição	Ganho/(perda) de participação societária	Distribuição de dividendos	31/12/2017
TEP -Termoelétrica Potiguar S.A.	85.856	1.073	-	-	-	-	(255)	86.674
Companhia Energética Candeias	183.948	101.068	-	-	34.790	262	(26.916)	293.152
Companhia Energética Potiguar S.A.	107.000	3.410	-	(3.050)	-	4.035	(50.999)	60.396
CEP Participações S.A.	1.613	117	-	-	-	(310)	(1.420)	-
São Francisco Energia S.A.	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Camaçari RJ Participações S.A.	-	-	(653)	-	-	-	-	(653)
	<u>378.405</u>	<u>105.668</u>	<u>(653)</u>	<u>(3.050)</u>	<u>34.790</u>	<u>3.987</u>	<u>(79.590)</u>	<u>439.557</u>
Investimentos	378.417							440.222
Provisão para perda de investimentos	(12)							(665)
Total	<u>378.405</u>							<u>439.557</u>

14. IMOBILIZADO

	Consolidado										
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos	Montagem e instalações	Reservatório, Barragens e adutoras	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Veículos	Outros	Total
Taxa de depreciação	4%	10%	6%	5%		20%		10%			
<u>Custo corrigido</u>											
Saldos em 31/12/15	5.411	279.265	1.528	680.128	3.153	96.584	1.066	18.615	184	2.205	1.088.139
Adições	-	-	314	6.151	-	-	174	7.939	-	152	14.730
Baixas	-	-	-	(5.409)	-	-	-	(10)	-	-	(5.419)
Transferências	-	2.711	(65)	4.545	9	-	7	(10.353)	-	(2.021)	(5.167)
Saldos em 31/12/16	5.411	281.976	1.777	685.415	3.162	96.584	1.247	16.191	184	336	1.092.283
Adições	-	503	45	2.707	26	22	178	1.180	59	54	4.774
Baixa	-	(1)	-	(2.346)	-	-	-	(904)	(73)	(156)	(3.480)
Transferências	-	938	33	1.148	(1.397)	528	28	(1.495)	7	210	-
Saldos em 31/12/17	5.411	283.416	1.855	686.924	1.791	97.134	1.453	14.972	177	444	1.093.577
<u>Depreciação acumulada</u>											
Saldos em 31/12/15	(305)	(43.307)	(555)	(121.782)	(76)	(22.504)	(435)	-	(61)	(46)	(189.071)
Adições	(65)	(7.638)	(133)	(30.641)	(88)	(4.556)	(153)	-	(20)	(18)	(43.312)
Baixa	-	-	-	3.126	-	-	-	-	-	-	3.126
Transferências	-	1.856	136	3.082	-	-	110	-	(2)	(15)	5.167
Saldos em 31/12/16	(370)	(49.089)	(552)	(146.215)	(164)	(27.060)	(478)	-	(83)	(79)	(224.090)
Adições	(58)	(7.603)	(153)	(30.753)	(89)	(4.270)	(146)	-	(17)	(63)	(43.152)
Transferências	-	-	(135)	-	-	-	(90)	-	-	225	-
Saldos em 31/12/17	(428)	(56.692)	(840)	(176.968)	(253)	(31.330)	(714)	-	(100)	83	(267.242)
Saldos líquidos em 31/12/17	<u>4.983</u>	<u>226.724</u>	<u>1.015</u>	<u>509.956</u>	<u>1.538</u>	<u>65.804</u>	<u>739</u>	<u>14.972</u>	<u>77</u>	<u>527</u>	<u>826.335</u>
Saldos líquidos em 31/12/16	<u>5.041</u>	<u>232.887</u>	<u>1.225</u>	<u>539.200</u>	<u>2.998</u>	<u>69.524</u>	<u>769</u>	<u>16.191</u>	<u>101</u>	<u>257</u>	<u>868.193</u>

(a) As controladas AGL e ARE adotam o prazo remanescente de autorização para produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como a vida útil econômica dos bens de geração e transmissão de energia, quando este é menor, haja vista que não havendo prorrogação das autorizações, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União. As controladas Candeias e CEP adotaram as taxas médias anuais de depreciação fixadas pela ANEEL para os ativos de geração de energia elétrica, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474/12 por entender que as mesmas refletem adequadamente a vida útil econômica dos seus ativos.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

As controladas AGL e ARE possuem edificações, obras civis e benfeitoria, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$83.646 e R\$73.471 respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (2016, R\$88.658 e R\$76.257), líquidos de depreciação.

A controlada indireta CEC possui terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e veículos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$550.162 em 31 de dezembro de 2017 (R\$578.197 em 31 de dezembro de 2016), líquidos de depreciação.

A controlada direta CEP possui benfeitorias, máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$108.317 em 31 de dezembro de 2017 (R\$112.229 em 2016), líquidos de depreciação.

15. INTANGÍVEL

	Consolidado			2016 Valor líquido
	2017	Amortização acumulada	Valor líquido	
Direito de uso de software	1.993	(1.338)	655	248
Direito de passagem - servidões	1.796	(895)	901	1.030
Direito de outorga	4.100	(1.357)	2.743	2.939
Ágio	7.055	-	7.055	7.055
Total	<u>14.944</u>	<u>(3.590)</u>	<u>11.354</u>	<u>11.272</u>

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE – Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

Na controlada CEC os gastos com direito de uso de software são amortizados a taxa de 20% a.a., enquanto que o direito de passagem, formado pelo custo de constituição das faixas de servidão, está sendo amortizados de acordo com o período de vigência dos contratos de venda de energia, que é de 15 anos.

Ágio

Em 16 de agosto de 2013, a controlada CEP Participações S.A., comprou 20% da Companhia Energética Potiguar, onde foi apurado um ágio no valor justo de R\$7.055, cujo fundamento é a rentabilidade futura ("goodwill") da adquirida conforme laudo emitido por empresa independente.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.612
Adições	17
Amortização	<u>(357)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.272
Adições	452
Amortização	<u>(370)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u><u>11.354</u></u>

16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Abelhafid Mokdad	-	-	3.659	-
Amazônia Transportes	-	-	315	-
Convênio BR - Santander	-	-	-	4.178
Diesel Expert Quebec	-	-	239	-
Fator Seguradora S.A.	-	-	275	-
Global Engenharia Ltda.	-	-	-	846
Hyundai Heavy Industries Co. Ltda.	-	-	258	171
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	-	629	1.402
Kompressrenbau Bannewitz	-	-	396	-
MKS Caldeiraria Industria e Comercio Ltda.	-	-	1.972	-
Nunes Fernandes	-	-	208	-
Petrobras Distribuidora S.A.	-	-	17.188	1.466
Raizen Combustíveis S.A.	-	-	577	-
Transcopel Transportes e Comércio	-	-	-	1.403
Venable LLP	-	-	-	5.930
Wartsila do Brasil e Finlândia	-	-	3.449	10.509
Outros	<u>153</u>	<u>272</u>	<u>17.947</u>	<u>13.033</u>
Total	<u><u>153</u></u>	<u><u>272</u></u>	<u><u>47.112</u></u>	<u><u>38.938</u></u>

17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>			
	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Jones Aranha de Sá (a)	-	2.528	-	1.641
Companhia Energética Candeias (b)	-	197	-	181
Numa Empreendimentos (c)	8.020	-	8.020	-
Commandery Participações S.A. (b)	-	-	2	-
São Francisco Energia S.A. (b)	-	-	4	-
Total	<u><u>8.020</u></u>	<u><u>2.725</u></u>	<u><u>8.026</u></u>	<u><u>1.822</u></u>
Circulante	-	197	2	181
Não circulante	<u>8.020</u>	<u>2.528</u>	<u>8.024</u>	<u>1.641</u>
Total	<u><u>8.020</u></u>	<u><u>2.725</u></u>	<u><u>8.026</u></u>	<u><u>1.822</u></u>

<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Ativo</u>
Companhia Energética Potiguar (d)	16.433
Camaçari RJ Participações S.A. (d)	829
São Francisco Energia S.A. (d)	22
Djalma Nunes Fernandes (d)	-
Total	<u>17.284</u>

- (a) Refere-se aos aportes do acionista a título de adiantamento para futuro aumento de capital.
- (b) Os valores registrados como conta corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.
- (c) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.
- (d) Refere-se a instrumento particular de Adiantamento para futuro aumento de capital assinado entre as partes em 11 de julho de 2017 e em 25 de outubro de 2017.

	Consolidado					
	2017			2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Fornecimento de serviços (fornecedores)</u>						
Global Engenharia Ltda. (e)	3	744	(34.361)	7	846	(41.850)
Total	<u>3</u>	<u>744</u>	<u>(34.361)</u>	<u>-</u>	<u>846</u>	<u>(41.850)</u>
<u>Mútuo</u>						
Jones Aranha de Sá (g)	-	19.166	(932)	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes (g)	-	12.213	(903)	-	-	-
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. (b)	32.508	-	188	-	-	-
Petrobrás Petróleo Brasileiro S.A. (c)	-	1.739	(609)	-	-	-
<u>Conta-corrente</u>						
Jones Aranha de Sá (d)	-	2.528	-	-	27.352	(4.479)
Djalma Nunes Fernandes (d)	-	-	-	-	10.786	(1.605)
BR - Petrobras Distribuidora (a)	-	-	-	-	3.729	(716)
Global Engenharia Ltda. (a)	-	-	-	5	-	-
Commandery Participações (a)	-	-	-	2	-	-
Numa Empreendimentos (f)	8.020	-	-	8.020	-	-
RPE - Produtora de energia (a)	-	-	-	33.506	-	2.248
Total	<u>40.531</u>	<u>35.646</u>	<u>(2.256)</u>	<u>41.533</u>	<u>41.867</u>	<u>(4.551)</u>
Circulante	3	-	-	7	-	-
Não circulante	<u>40.528</u>	<u>35.646</u>	<u>-</u>	<u>41.526</u>	<u>41.867</u>	<u>-</u>
Total	<u>40.531</u>	<u>35.646</u>	<u>-</u>	<u>41.533</u>	<u>41.867</u>	<u>-</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>						
Jones Aranha de Sá (h)	-	91	-	-	-	-
Fernando W. Magalhaes Filho (h)	-	1.708	-	-	-	-
Djalma Nunes Fernandes (h)	-	262	-	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>2.061</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Os valores registrados como conta corrente não têm a incidência de encargos financeiros ou prazos de vencimento e são utilizados para suprir a necessidade de capital de giro.

- (b) Os valores registrados no ativo não circulante foram aportados, pela TEP em nome da RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. nas controladas indiretas, PCHs de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs - Água Limpa e Areia, corrigidos pelo IGP-M e sem vencimento previsto em contrato. Enquanto que os registrados no passivo não circulante referem-se a recursos aportados diretamente pela RPE nas controladas indiretas, PCHs.
- (c) Saldo em aberto relativo a compra de combustíveis pela controlada indireta CEM junto a Petrobras. O efeito no resultado é equivalente ao montante líquido da CCC-ISOL, custo que é assumido pela controlada.
- (d) Relativo a saldo da controlada CEP Participações S.A. junto aos acionistas Djalma Fernandes e Jones Sá para compra de 20% da Companhia Energética Potiguar. No caso do acionista Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.
- (e) Refere-se a contrato de operação e manutenção (O&M) das usinas da CEP e CEC.
- (f) Refere-se a saldo a receber relativo à venda de um terreno para construção de um novo projeto.
- (g) Saldo junto aos acionistas Djalma Fernandes e acionista indireto Jones Sá. No caso do acionista indireto Jones Sá, há ainda montantes aportados para suprir a necessidade de capital de giro da Companhia.
- (h) Refere-se a instrumento particular de Adiantamento para futuro aumento de capital assinado entre as partes em 11 de julho de 2017 e em 25 de outubro de 2017.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Consolidado				
				Encargos			Total	
				Circulante	Principal Circulante	Não circul.	2017	2016
Moeda nacional								
Banco do Brasil	(a)	Set./17	CDI + 2,1% a.a.	-	-	-	-	6.543
(-) Custos de transação				-	-	-	-	(57)
Subtotal				-	-	-	-	6.486
Banco Santander S.A.	(b)	(b)	2,53% a.a.	-	-	-	-	24.210
Subtotal				-	-	-	-	24.210
Banco Itaú	(c)	Mai/19	CDI+2,05%a.a.	35	23.311	9.816	33.162	56.603
(-) Custos de transação				-	(287)	(143)	(430)	(716)
Banco Itaú BBA S.A. financiamento	(c)	Out./19	CDI + 3,45% a.a.	601	16.025	16.020	32.646	50.363
(-) Custos de transação				-	(517)	(422)	(939)	(1.011)
Subtotal				636	38.532	25.271	64.439	105.239
Banco BBM	(d)	Jan./18	CDI + 5,78% a.a.	-	-	-	-	11.032
(-) Custos de transação				-	-	-	-	(61)
Subtotal				-	-	-	-	10.971
Banco BBM	(d)	Jan./18	CDI + 5,78% a.a.	5.157	17.086	12.815	35.058	-
(-) Custos de transação				-	(284)	(207)	(491)	-
Subtotal				5.157	16.802	12.608	34.567	-
Banco do Nordeste - BNB	(e)	Jun./25	8,5% a.a. c/bônus	1.707	-	29.579	177.529	232.204
(-) Custos de Transação				-	-	-	(1.446)	(8.555)
Banco do Nordeste - FNE	(e)	Dez.24	7,5% a.a. c/bônus	181	-	6.162	30.840	42.734
(-) Custos de transação				-	-	(321)	(1.460)	(2.075)
Subtotal				1.888	-	33.974	198.354	261.530
Sudene - longo prazo	(f)	Dez./31	TJLP + 1% a.a.	1.566	-	3.152	57.343	62.013
Subtotal				1.566	-	3.152	57.343	62.013
Caixa Econômica Federal	(g)	Jun./30	TJLP + 3,7%	169	-	5.224	65.752	99.209
(-) Custo de transação				-	-	(22)	(68)	(119)
Subtotal				169	-	5.202	65.684	99.090
Banco da Amazônia S.A.	(h)	Mai/30	8,5% ao ano	403	-	2.562	28.129	33.578
(-) Custos de transação				-	-	(91)	(1.045)	(1.231)
FDA	(i)	Ago./13	TJLP + 1,65% a.a.	-	-	10.504	82.185	95.255
FNO EXT	(j)	Nov./25	2,55% a.a. c/bônus	-	-	1.527	6.509	9.055
FNO operacional	(j)	Abr./19	8,5% a.a. c/bônus	-	-	4.077	696	8.347
FNO (conversão)	(j)	Out./26	8,5% a.a. c/bônus	-	-	4.015	21.736	28.621
Subtotal				403	-	22.594	138.210	173.625

Global Participações em Energia S.A. e Controladas

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Consolidado						
				Encargos			Principal		Total	
				Circulante	Circulante	Não circul.	2017	2016		
Banco ABC Brasil S.A. (-) Custo de transação Subtotal	(k)	Mai/17	CDI + 3,62% a.a.	-	-	-	-	5.636		
				-	-	-	-	(25)		
				-	-	-	-	5.611		
Banco Safra - C. Garantida Subtotal	(l)	Jan./17	CDI + 5,87%a.a.	-	-	-	-	1.140		
				-	-	-	-	1.140		
Infrabrasil Subtotal	(m)	Jun./21	IGPM+12,7%	-	-	-	-	86.403		
				-	-	-	-	86.403		
Banco Itaú BBA S.A. - Debentures (-) Custos de Transação Subtotal	(n)	Dez./20	CDI+3,50 %a.a.	226	20.090	26.841	47.157	-		
				-	(364)	(467)	(831)	-		
				226	19.726	26.374	46.326	-		
Total				10.045	139.982	523.844	673.871	836.318		
Circulante				10.045	139.982	-	150.027	174.210		
Não circulante				-	-	523.844	523.844	662.108		
Total				10.045	139.982	523.844	673.871	836.318		

- (a) Portabilidade realizada do Banco Santander para o Banco do Brasil em um montante de R\$24.643. O contrato foi assinado em 13 de outubro de 2014. Originalmente o contrato com o Santander teve o objetivo de viabilizar a construção das PCHs.
- (b) Na CEC, A Companhia possuía contratos diversos com o Banco Santander (Brasil) S.A. com a finalidade de antecipação de pagamentos à Petrobras Distribuidora S.A. Tais contratos possuíam vencimento médio de 45 dias, os quais eram tratados como financiamento.
- (c) Na CEC, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.

Em 20 de outubro de 2016, foi contratado um empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A. no montante de R\$48.713 e encargos correspondentes a 4,09% ao ano mais CDI com carência total de quatro meses, sendo o primeiro pagamento trimestral em 24 de fevereiro de 2017 e vencimento em 25 de outubro de 2019. O empréstimo foi renegociado em 27 de julho de 2017 em virtude da incorporação da Candeias Energia pela Companhia Energética Candeias no montante de R\$36.056 e encargos correspondentes a 3,45% ao ano mais CDI mantendo-se à forma de pagamento trimestral e com vencimento em 25 de outubro de 2019.

- (d) Na CEP Contratos assinados em 28 de julho de 2016, com liberações de R\$12.600, para capital de giro de curto prazo, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 5,78% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 11 de agosto de 2016 e finalizando-se em 11 de janeiro de 2018. O empréstimo foi quitado pela Companhia em 2017.

Contrato da 1ª emissão da 1ª série de debêntures assinado em 15 de dezembro de 2016, com liberações de R\$40.000 em 20 de janeiro de 2017, sob regime de garantia firme e R\$15.000 sob o regime de melhores esforços de colocação, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 4,65% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 22 de outubro de 2017 e finalizando-se em 22 de setembro de 2019.

1º aditamento realizado em 22 de junho de 2017, reduzindo o valor da emissão para R\$40.000 sob regime de garantia firme. Mantendo-se as demais condições.

- (e) Na CEP, o contrato assinado em 19 de fevereiro de 2009, no montante de R\$76.170, tem incidência de juros de 10% ao ano e bônus de adimplência de 25%. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciaram-se em 13 de março de 2010 e finalizar-se-ão em 13 de dezembro de 2023.
- Na CEC, em 30 de junho de 2010, foi assinado contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$382.253. Sobre o montante do principal, incidem juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações são mensais, iniciando-se em julho de 2011 e finalizando-se em junho de 2025.
- (f) Na CEC, em 25 de abril de 2010, foi contratado empréstimo-ponte com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$76.953 e encargos financeiros correspondentes a 130% da variação do CDI ao ano, o qual foi renovado até 25 de outubro de 2012. Em 4 de junho de 2012, a Administração renegociou com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e alterou o perfil da dívida, por meio de nova cédula de crédito perante a SUDENE, aumentando o prazo para pagamento em 19 anos e alterando a taxa de juros para Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 1% ao ano.

- (g) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 pelas controladas ALI e ARE, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$45.000 (ALI) e R\$36.000 (ARE), para execução do projeto de construção da PCH, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% a.a. até o período de carência e de 3,7% a.a. a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.
- (h) Contrato assinado em 10 de abril de 2010 pelas controladas ALI e ARE, no montante de R\$29.460 (ALI) e R\$18.503 (ARE), para execução do projeto da PCH, com incidência de taxa de juros de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010 e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.
- (i) Na CEM, em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, através de contrato particular celebrado junto ao Banco da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem o custo básico (variação acumulada da TJLP - taxa de juros a longo prazo), acrescidos de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% a.a. e encargos, a título de Del Credere, a taxa efetiva de 0,15% a.a., com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007 e finalizando em julho de 2027.
- (j) Contratos assinados em 22 de março de 2007, 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia - BASA, nos montantes de R\$39.599, R\$44.214 e R\$10.133 respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para viabilizar a conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 8,50%, 8,50% e 2,94% ao ano, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente.
- (k) Contrato assinado em 6 de maio de 2015, no valor de R\$20.000, para capital de giro, com incidência de encargos financeiros equivalentes a 100% da variação do CDI, acrescidos de juros de 3,62% ao ano. As amortizações são mensais e sucessivas a partir de 1º de dezembro de 2015 e finalizar-se-ão em 2 de maio de 2017.

- (l) Na CEP, Contrato de conta garantida com limite de crédito no valor de R\$5.000, para capital de giro de curto prazo. Os encargos financeiros incidentes equivalem a 100% da variação do CDI acrescidos de juros de 6,06% ao ano pagos mensalmente, caso venha a resgatar algum recurso, a partir de 27 de outubro de 2016 e finalizando-se em 25 de janeiro de 2017.
- (m) Na CEC, em 22 de junho de 2009, foi realizada a 1ª Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações em uma única série da espécie, no valor de R\$70.000 e, em 23 de dezembro de 2009, foi realizada a 2ª Emissão privada de debêntures no valor de R\$20.000, com as mesmas características da emissão anterior, sendo que ambas foram integralmente subscritas pelo INFRABRASIL - Fundo de Investimento em Participações.
- (n) Na CEC, refere-se a 5.028 debêntures, emitidas na 3ª emissão da 1ª série com o Banco Itaú BBA S.A. em 12 de abril de 2017 no valor de R\$50.280, com vencimento em 12 de abril de 2020, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 3,5% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	131.748	720.125	851.873
Captações	53.692	48.713	102.405
Custo de captação	(61)	(778)	(839)
Juros e variações monetárias provisionados	74.668	15.003	89.671
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(56.155)	-	(56.155)
Amortização dos custos de captação	2.240	-	2.240
Transferências	120.955	(120.955)	-
Pagamentos	<u>(152.877)</u>	-	<u>(152.877)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	174.210	662.108	836.318
Captações	52.765	73.571	126.336
Custo de captação	-	(1.461)	(1.461)
Juros e variações monetárias provisionados	73.522	-	73.522
Juros pagos, líquido de bônus de adimplência	(57.017)	-	(57.017)
Amortização dos custos de captação	2.167	-	2.167
Transferências	97.751	(97.751)	-
Pagamentos	<u>(193.371)</u>	<u>(112.623)</u>	<u>(305.994)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>150.027</u>	<u>523.844</u>	<u>673.871</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	2017	2016
2018	-	166.178
2019	109.431	84.856
2020	62.535	57.911
2021	58.146	201.660
2022 em diante	<u>293.732</u>	<u>151.503</u>
Total	<u>523.844</u>	<u>662.108</u>

Debêntures

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

As debêntures de emissão da Companhia estão garantidas por: (a) Alienação Fiduciária de 35.448.602 (88,99 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Global Participações em Energia S.A.; (b) Alienação Fiduciária de 3.983.000 (10 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pelo Sr. Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho; (c) Alienação Fiduciária de 398.300 (1%) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas pela Djalma Nunes Fernandes Júnior; (d) Alienação Fiduciária de 100 (0,01 %) ações ordinárias da Candeias Participações S.A. detidas por Jones Aranha de Sá; (e) Cessão Fiduciária de recursos da Candeias Participações S.A. em conta aberta e mantida no Banco Santander; (f) Penhor em 2º grau de 139.830.000 (100%) ações ordinárias da Candeias Energia S.A. detida pela Candeias Participações S.A.; (g) Penhor em 2º grau dos Direitos Emergentes das Autorizações da Candeias Energia; (h) Penhor em 2º grau das Máquinas e Equipamentos da Candeias Energia; (i) Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios (86,1% dos recebíveis da Candeias Energia); (j) Hipoteca e 3º grau do terreno e suas Benfeitorias.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois “covenants” financeiros, que devem ser cumpridos pela Controlada indireta:

<u>Cláusula restritiva - “covenants”</u>	<u>Índice requerido</u>
Alavancagem financeira	máximo de 0,78x
Cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,1x

Em 31 de dezembro de 2017, os “covenants” foram atendidos.

Empréstimos e financiamentos

Garantias e cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

Termoelétrica Potiguar S.A.

O Contrato estabelece que a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio só poderá ocorrer quando o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) estiver abaixo de 1,3x.

Em 31 de dezembro de 2016, os “covenants” foram atendidos.

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado na Água Limpa Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente – Companhia Energética Manauara; e (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.905.

Foi firmado na Areia Energia S.A. o Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a CEF e o BASA, em que os mesmos compartilham estas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (i) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (ii) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (iii) Penhor de 27.967.968 (70%) ações ordinárias detidas pela TEP; (iv) Penhor de 11.986.272 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE; (v) Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$23.912; (vi) Hipoteca do Terreno de 121,348 hectares e suas Benfeitorias; (vii) Interveniente – Cia. Energética Manauara; e (viii) Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$2.855.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

Cláusula restritiva - “covenant”	Índice requerido
Cobertura do serviço da dívida (*)	maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio Líquido / Passivo total (*)	maior ou igual a 23 %
Capital social / Investimento total (*)	maior ou igual a 23 %
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	três vezes o serviço da dívida
Depósito bancário vinculado ao contratos BASA	10% do faturamento dos seis primeiros meses 1/6 do valor correspondente ao maior serviço da dívida

(*) Caixa Econômica Federal.

(**) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

Tipo do financiamento	Garantias
FNO 1	(a) Hipoteca cedular em 1º grau (terreno, usina e linha de transmissão); (b) extensão de alienação fiduciária da cédula de crédito bancário; e (c) penhor cedular: 1 - dos direitos emergentes da cessão outorgados pela ANEEL; 2 - dos direitos de crédito decorrentes do contrato de garantia firmado entre a AME e a Companhia; 3 - dos direitos de crédito do contrato de suprimento e energia firmado entre AME e a Companhia; 4 - de ações do capital social da Companhia; e 5 - de ações ordinárias nominativas do capital da Companhia.
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. (“Petrobras”) (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. (“TEP”) (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.

Tipo do financiamento	Garantias
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a AME e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido	Instituição
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FNO	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FNO	BASA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

Companhia Energética Candeias

Banco Itaú - Debêntures	1 - Aval Corporativo da Commandery 2 - Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú - Financiamento	1 - Aval Corporativo da Commandery 2 - Aval Corporativo da GPE
Banco Itaú BBA S.A. - financiamentos	1 - Aval Corporativo da Commandery 2 - Aval Corporativo da GPE
Banco do Nordeste - BNB Financiamento	1 - Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; 2 - Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios de 86,1% dos Recebíveis da Candeias Energia. 3 - Penhor de 139.819.997 (99,87%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Candeias Participações. 4 - Penhor de 180.003 (0,13%) ações ordinárias da Candeias Energia detidas pela Global Participações. 5 - Penhor das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$245.113.458,74. 6 - Hipoteca em 1º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02. 7 - Interveniente Fiador Commandery Participações S.A. 8 - Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$31.940.692,81.
Sudene - longo prazo	1 - Cessão e Vinculação Parcial dos Direitos Creditórios 13,9% dos Recebíveis da Candeias Energia. 2 - Interveniente Fiador Global Participações em Energia. 3 - Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos no valor de R\$61.728.156,76. 4 - Hipoteca em 2º grau do Terreno no valor de R\$371.800,00 e suas Benfeitorias no valor de R\$174.475.927,02. 5 - Fundo de Liquidez em Conta Reserva no valor de R\$1.600.000,00.

A escritura de emissão das debêntures prevê o monitoramento anual de dois "covenants" financeiros:

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida Cálculo do endividamento	Maior ou igual a 3,5x Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 vezes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu todos os "covenant".

Companhia Energética Potiguar

Os contratos de financiamentos firmados pela Companhia estão garantidos por: (i) Penhor dos direitos emergentes das autorizações, (ii) Cessão e vinculação parcial dos direitos creditórios (recebíveis), (iii) Penhor de 599 (63,75%) ações ordinárias da CEP detidas pela Global Participações em Energia S.A., (iv) Autorização para distribuição de dividendos, exceto os obrigatórios, (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos, (vi) Hipoteca do terreno e suas benfeitorias onde fica localizado a termoelétrica, (vii) Fundo de liquidez em conta reserva, e (viii) Aval corporativo da Global Participações em Energia S.A.

Os contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Depósito bancário vinculado ao contrato	Valor mínimo de R\$6.365

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ	-	-	245	1.423
INSS serviços de terceiros	-	-	1.292	364
PIS	-	-	654	279
COFINS	-	-	2.994	1.310
CSLL	-	-	836	2.190
PIS/COFINS/CSLL retidos	-	-	93	104
ICMS	-	-	2.885	2.939
Parcelamento PERT MP nº 783/17	-	-	4.288	6.509
Outros	15	40	1.486	1.948
Total	15	40	14.773	17.066
Circulante	15	18	13.193	12.037
Não circulante	-	22	1.580	5.029
Total	15	40	14.773	17.066

20. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

CEP

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; dessa forma, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

Com relação às causas de natureza ativa, em que a Companhia é autora da ação, há duas causas com probabilidade de êxito possíveis, movidas contra o fornecedor Caterpillar Inc., com valor de causa estimado em R\$65 milhões, referente à reparação de danos causados por motogeradores comprados pela Companhia, e contra o Conselho Nacional de Política Energética, com valor de causa estimado em R\$12 milhões, referente aos artigos 2º e 3º da Resolução nº 03/13 desse órgão, as quais não estão registradas nas demonstrações financeiras.

CEC

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas diversas demandas judiciais; dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída. Conforme análise dos assessores jurídicos, há uma probabilidade de perda possível estimada para processos, em sua maioria, de natureza trabalhista, no montante de R\$3.198.

TEP

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada as PCHs. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações das PCHs. Contudo, a controlada já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2017, as controladas possuíam depósitos judiciais relativos a este processo no montante de R\$265 (2016, R\$265). Os assessores jurídicos da controlada consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração das controladas, não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema ("ESS") por motivo de segurança energética,

que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica ("APINE"), na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal. Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma a CEM efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2017, a CEM possuía cinco causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$210.000 e está representado por 22.776.764 ações ordinárias, sem valor nominal e está distribuído da seguinte forma:

Acionista	2017 e 2016	
	Quantidade de ações	%
Commandery Participações S.A.	21.899.727	96,15%
Jones Aranha de Sá	877.037	3,85%
Total	22.776.764	100%

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido (quando aplicável) do exercício até o limite de 20% do valor do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia constituiu reserva legal de R\$4.656 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.323 em 31 de dezembro de 2016).

Reserva de lucros – lucro retido

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$66.970 (R\$33.097 em 31 de dezembro de 2016) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual, ajustado da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	104.877	46.453
Reserva legal	(5.243)	(2.323)
Base para dividendos	<u>99.639</u>	<u>44.130</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>24.908</u>	<u>11.033</u>

Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Conforme previsto no artigo 202 § 4º da Lei nº 6.404/76, a Companhia constituiu reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$23.066, dos quais foram abatidos os valores já devidamente destinados a distribuição de R\$8.674, restando o saldo destinado de R\$14.392 (R\$11.033, em 2016), em função da situação financeira da Companhia. Esses dividendos serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$17.201 (R\$966, em 2016), sendo de R\$18.180 (R\$3.138, em 2016) no Consolidado. Tão logo a situação financeira da Companhia e de suas controladas permita, os dividendos serão amortizados.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2017 está apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	966	3.138
Dividendos propostos	24.908	44.274
Dividendos pagos	(8.673)	(29.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>17.201</u>	<u>18.180</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	91.006	89.344
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	<u>(30.942)</u>	<u>(30.377)</u>
<u>Diferenças temporárias e permanente</u>		
Pronunciamento técnico CPC 06	(4.794)	2.068
Adições e exclusões líquidas	1.621	(22.717)
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	2.556	18.780
Despesas indedutíveis	<u>2.937</u>	<u>6.075</u>
Impostos correntes sobre lucro real	<u>(28.622)</u>	<u>(26.171)</u>
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	<u>(2.058)</u>	<u>(409)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(30.680)	(26.580)
Incentivos fiscais do imposto de renda	18.564	16.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>49.927</u>	<u>(6.811)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>37.811</u>	<u>(17.232)</u>

Na controladora em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para sua controlada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), foi reconhecido em 2017 imposto sobre diferido no resultado referente tal operação, no montante de R\$5.379.

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2017	2016
Receita de venda de energia	865.908	673.890
Deduções de venda:		
ICMS	(33.742)	(31.146)
PIS	(14.623)	(11.488)
COFINS	(67.364)	(52.940)
P&D	(7.417)	(5.636)
Total	<u>742.762</u>	<u>572.680</u>

24. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos e despesas com pessoal	-	-	(18.382)	(17.383)
Materiais	-	-	(51.825)	(44.891)
Depreciação e amortização	-	-	(43.522)	(43.669)
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	(1.132)	(1.134)
Taxas de utilização do sistema de transmissão	-	-	(6.920)	(8.361)
Custos com manutenção e operação	-	-	(61.494)	(46.811)
Compra de óleo combustível	-	-	(295.875)	(174.051)
Compra de energia elétrica	-	-	(42.063)	(48.569)
Encargos de uso de rede	-	-	(15.372)	(14.206)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(1.127)	(1.071)
Custos e despesas com seguros	-	-	(3.393)	(4.054)
Despesas com viagens e comunicações	(181)	(488)	(1.076)	(1.382)
Serviços de terceiros	(52)	(531)	(19.552)	(19.547)
Assessoria e consultoria	-	-	(17.328)	(19.901)
Tributos	(24)	-	(11.432)	(5.933)
Outros	(5.261)	17	(6.946)	1.376
Total	<u>(5.518)</u>	<u>(1.002)</u>	<u>(597.439)</u>	<u>(449.587)</u>
Classificadas como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(536.816)	(394.308)
Despesas gerais e administrativas	(629)	(1.019)	(54.418)	(50.997)
Honorários dos administradores	-	-	(4.838)	(5.104)
Outras receitas operacionais, líquidas	(4.889)	17	(1.367)	822
Total	<u>(5.518)</u>	<u>(1.002)</u>	<u>(597.439)</u>	<u>(449.587)</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>				
Juros sobre aplicações	-	-	7.560	9.090
Juros de mútuo	-	-	188	2.248
Juros e multa a faturar (b)	-	-	8.059	20.022
Descontos obtidos	-	-	746	591
Juros recebidos	28	24	28	24
Reversão do ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	-	-	16.441	10.961
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil (a)	-	-	(1.489)	18.131
PIS e COFINS sobre receita financeira	(1)	(2)	(1.942)	(862)
Outras receitas	-	11	2.958	4.529
Total receitas financeiras	<u>27</u>	<u>33</u>	<u>32.549</u>	<u>64.734</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e debêntures	-	-	(73.522)	(89.671)
Amortização dos custos de captação	-	-	(2.167)	(2.240)
Juros de mora	(8)	(7)	(3.922)	(5.225)
Juros e multa sobre impostos	(12)	-	(59)	(438)
Juros sobre mútuos	-	-	(2.444)	(6.800)
IOF	-	-	(243)	(8)
Comissões e despesas bancárias	(6)	-	(232)	(1.818)
Outras despesas	-	(3)	(3.834)	(2.934)
Total despesas financeiras	<u>(26)</u>	<u>(10)</u>	<u>(86.423)</u>	<u>(109.134)</u>
Variações cambiais	-	-	(443)	10.651
Resultado financeiro	<u>1</u>	<u>23</u>	<u>(54.317)</u>	<u>(33.749)</u>

(a) Refere-se à atualização do contas a receber pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato. Ver nota explicativa nº 10.

(b) Valor referente à atualização monetária sobre o recebimento do processo judicial contra AME no montante de R\$7.055, além do processo descrito na nota explicativa nº 6.

26. SEGUROS

As controladas indiretas AGL, ARE e CEM, e a controlada direta CEP e CEC possuem programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, as Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	Seguros				
	AGL	ARE	CEM	CEC	CEP
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	105.935	105.935	1.052.943	554.326	121.174
Lucros cessantes	29.131	29.131	-	-	-
Responsabilidade civil	-	-	11.556	-	45.000

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social – o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por uma pessoa jurídica e uma pessoa física. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco – a Administração Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e AME, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros – Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com de o objetivo obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) – o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a AME. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia – As controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isso implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, as controladas aderiram ao MRE – Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível – A controlada CEM gera energia por meio de UTE, numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria em redução de receita e aplicação de multas por parte da AME. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora					Total
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalentes a caixa	3	-	-	-	-	3
Outras contas a receber	908	908	908	908	4.092	7.724
Total	<u>911</u>	<u>908</u>	<u>908</u>	<u>908</u>	<u>4.092</u>	<u>7.727</u>
	Controladora					Total
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	153	-	-	-	-	153
Obrigações tributárias	15	-	-	-	-	15
Partes relacionadas	197	-	-	-	2.528	2.725
Total	<u>212</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.528</u>	<u>2.740</u>

	Consolidado					
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	9.966	-	-	-	-	9.966
Partes relacionadas	3	-	-	-	40.528	40.531
Contas a receber	95.948	16.552	-	-	-	112.500
Arrendamento mercantil a receber	29.533	30.341	30.875	30.875	97.416	219.040
Depósitos bancários vinculados	19.131	-	-	-	48.043	67.174
Outras contas a receber	16.608	-	-	-	2.790	19.398
Total	171.189	46.893	30.875	30.875	188.777	468.609

	Consolidado					
	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	47.112	-	-	-	-	47.112
Empréstimos, financiamentos e debêntures	150.027	109.431	62.535	58.146	293.732	673.871
Obrigações tributárias	13.193	1.580	-	-	-	14.773
Obrigações sociais e trabalhistas	3.087	-	-	-	-	3.087
Partes relacionadas	-	-	-	-	35.646	35.646
Outras contas a pagar	19.168	-	-	-	20.802	39.969
Total	232.587	111.011	62.535	58.146	350.180	814.458

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras, depósitos bancários vinculados, empréstimos e financiamentos, debêntures e contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Risco	Consolidado						
		Cenário			Contábil	Provável I	Possível II	Remoto III
		Provável I	Possível II 25%	Remoto III 50%				
Passivos - empréstimos e financiamentos								
Banco Itaú	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(32.732)	(34.899)	(35.442)	(36.794)
Banco Itaú BBA S.A. financiamento	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(31.707)	(33.806)	(34.332)	(35.642)
Banco BBM	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(34.567)	(36.855)	(37.429)	(38.857)
Banco do Nordeste - BNB	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(198.814)	(211.975)	(215.276)	(223.487)
Banco do Nordeste - FNE	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(35.402)	(37.746)	(38.333)	(39.795)
Sudene - longo prazo	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	12,66%	(62.061)	(66.250)	(67.299)	(69.918)
Caixa Econômica Federal	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	12,66%	(71.055)	(75.851)	(77.052)	(80.051)
Banco da Amazônia S.A. FDA	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	12,66%	(29.958)	(31.980)	(32.486)	(33.751)
Banco da Amazônia S.A. FNO	Alta da TJLP	6,75%	8,44%	12,66%	(131.249)	(140.108)	(142.326)	(147.865)
Banco Itaú BBA S.A. - financiamentos	Alta do CDI	6,62%	8,28%	12,41%	(46.327)	(49.394)	(50.163)	(52.076)
	Total empréstimos, financiamentos e debêntures				(673.872)	(718.865)	(730.140)	(758.235)
Ativos								
Aplicações e depósitos vinculados	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	2,48%	48.046	44.865	42.636	41.578
Aplicações de curto prazo	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	2,48%	19.131	17.865	16.977	16.556
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	6,62%	4,97%	2,48%	32.508	30.352	28.844	28.128
					99.685	93.082	88.456	86.262
Receita								
Receita de venda	Baixa do IPCA	3,80%	2,85%	1,43%	910.460	945.057	936.408	923.434
					910.460	945.057	936.408	923.434
	Total líquido				336.267	332.470	310.902	319.275
	Efeito no patrimônio líquido				-	(3.797)	(25.365)	(16.994)

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas indiretas Água Limpa e Areia Energia possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.231 (Água Limpa) R\$1.837 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$478 (Água Limpa) e R\$376 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.215 (Água Limpa) e R\$1.003 (Areia), com vigência até 31 de dezembro de 2018.
- Assessoria e gestão no valor de R\$538 (Água Limpa) e R\$458 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CEC possui contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$88.219, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia de R\$16.035, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$39.562, com vigência indeterminada.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$5.396, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$22.937, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$4.289, com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CEP possui contratos de longo prazo firmados no montante mensal de R\$1.233, relacionados com:

- Contrato de Uso do Sistema de Distribuição ("CUSD") (R\$578), com vigência até o final da autorização de operação das Usinas.
- Contrato de Operação e Manutenção e Engenharia (R\$655), com vigência até 1º de janeiro de 2024.

Os contratos da Companhia para aquisição de óleo combustível com a Petrobras Distribuidora S.A. não têm valor fixo, pois só decorrem de desembolsos (custo variável) caso ocorra geração/despacho de energia para o sistema elétrico, e têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2016

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377 (Água Limpa), R\$1.632 (Areia), R\$4.626 (CEM) e R\$28.290 (CEC).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.382 (CEM).
- Distribuição de dividendos com compensação de saldo de partes relacionadas R\$9.067 (CEM).
- CCC Eletrobras de R\$26.180. Ver nota explicativa nº 12.
- Aumento de capital da Controlada no montante de R\$26.035 com saldos de adiantamento para futuro aumento de capital em 2015.
- Compensação de adiantamento para futuro aumento de capital com mútuo passivo da Controlada no montante de R\$36.369 em 2015.

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.342 (Água Limpa), R\$4.905 (Areia), R\$13.303 (CEM), e R\$5.969 (CEP).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.036 (CEM).
- Compensação de transações de partes relacionadas com AFAC no montante de R\$18.494 (CEP).

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2018 o contrato de seguro das controladas foram renovados com cobertura considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (CEC), (CEP), (AGL) e (ARE).
